

Lideranças tentam acordo sobre as questões da Ordem Econômica

Josemar Gonçalves



Lideranças do PMDB e do Centrão voltam a se reunir hoje para tentar um acordo em torno de pontos polêmicos do título VII

do projeto da Constituinte, referente à ordem econômica e financeira. O conceito de empresa nacional continua sendo um dos pontos de maior dificuldade para o entendimento entre os grupos, que ontem se reuniram por duas vezes no gabinete do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, sem chegar a qualquer acordo.

Pela manhã, durante a primeira reunião, chegou a surgir um esboço para a definição de empresa nacional, mas no início da noite, após o segundo encontro, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), do Centrão, informou que a discussão não havia evoluído em nada. Pelo esboço, a empresa brasileira de capital nacional é definida como "pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle efetivo esteja, na forma da lei, em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país, ou de direito público". O Centrão rejeita a expressão "na forma da lei", enquanto os nacionalistas do PMDB questionam o conceito de "controle efetivo", que pretendem tornar menos elástico.

Na reunião do início da noite, as lideranças limitaram-se a fazer a leitura de todo o capítulo VII, para fazer comparações com o texto do Centrão. O senador Severo Gomes (PMDB-SP) informou que, na questão urbana, um dos maiores problemas é o conceito de usucapião, tendo em vista que o Centrão se direciona para uma proposta que não resolveria o problema dos favelados, por exemplo. Na questão da reforma agrária, continua gerando muita polêmica o conceito de função social para a terra, que encontra sérias resistências no Centrão. A perspectiva é de que, ainda hoje, as lideranças não cheguem a um acordo.

Empresa nacional já divide plenário

Parlamentares nacionalistas de várias tendências ideológicas e siglas partidárias reuniram-se ontem com representantes das empresas nacionais para discutirem o conceito de empresa nacional, que deverá ser apreciado na próxima semana na Constituinte. O grupo não chegou a definir um texto para negociar com outras forças políticas como o «Centrão» e o grupo do PMDB liderado pelo senador Mário Covas (PMDB-SP), mas não abre mão do controle decisório e de que o capital das empresas nacionais, a ser definido pela futura Constituição, seja em caráter permanente, exclusivo e permanente de pessoas físicas brasileiras.

A reunião foi realizada na manhã de ontem na sala da Frente Parlamentar Nacionalista, na Câmara dos Deputados, com representantes da Associação dos Laboratórios Nacionais, Associação dos Distribuidores Brasileiros de Produtos para Laboratórios, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa e da Associação Latino-Americana das Indústrias Farmacêuticas. Essas associações representam cerca de 5 mil empresas de pequeno e médio porte.

O deputado Paulo Ramos (sem partido) diz que os nacionalistas farão tudo para mudar o texto, mas caso não consigam preferem o que já está estabelecido pela Comissão de Sistematização, considerando empresa nacional «a pessoa jurídica constituída e com sede no País, desde que o controle decisório e o capital votante esteja permanentemente e exclusivamente sob a titularidade de pessoas físicas domiciliadas no País».

Pedro Alejandro Ynterian, presidente da Associação das Indústrias Brasileiras de Produtos para Laboratórios, também afirma que o texto da Sistematização não é o ideal, mas é melhor do que o do Centrão. Ele rebate as argumentações dos centristas de que a definição de empresa nacional no projeto de Constituição iria «espantar» os investimentos estrangeiros, se for aprovada.



Líderes do PMDB e do Centrão voltam a se reunir hoje. Ontem não chegaram a nenhum acordo

Parlamentar será punido também se não for à votação

As punições econômicas estabelecidas pela Mesa da Constituinte contra os parlamentares faltosos poderão ser aplicadas também contra os que estiverem nas dependências do Congresso Nacional, mas não comparecerem ao plenário. Isso porque, para efeito de punição, prevalecerá a presença registrada no painel eletrônico de votação, e não a da lista das portarias da Câmara e do Senado que apontam os nomes dos constituintes presentes nas duas Casas.

O ato da Mesa, que entra em vigor na segunda-feira, prevê que os constituintes que faltarem — sem justificativa — a quatro sessões seguidas ou a sete alternadas sofrerão um desconto no contracheque de um terço do jeton por dia, o que representa aproximadamente Cz\$ 20 mil por sessão. Não serão punidos, no entanto, os

parlamentares que registrarem seu voto em pelo menos uma votação diária.

Isso permitirá por exemplo que um constituinte compareça ao plenário apenas para registrar sua presença na verificação eletrônica de quórum ou em qualquer outra votação. Não servirá, portanto, para evitar a suspensão de qualquer sessão por falta de quórum, pois após o registro da presença qualquer parlamentar poderá se ausentar.

O ato da Mesa não impede também que as lideranças partidárias continuem utilizando a obstrução, um instrumento regimental que pode adiar a votação de qualquer matéria por tempo indeterminado. A construção não poderá ocorrer, porém, sem que seja dado um quórum inicial para a sessão, pois nesse caso todos os faltosos serão punidos.

Constituintes aprovam punição

Arquivo/21-01-87

A maioria dos constituintes aprova a punição aos faltosos que passará a vigorar a partir da próxima segunda-feira. O segundo vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), esclarece que, de todas as sugestões de punição apresentadas à Mesa da Constituinte, o corte no salário do parlamentar faltoso era a única medida cabível, jurídica e constitucionalmente.

Os mecanismos de suspensão do constituinte ou de convocação do suplente, segundo ele, "não tinha guarida jurídica nem nem constitucional". Assim, prosseguiu, restou ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a adoção de uma prática comum no serviço público como punição ao funcionário ausente: o corte no salário.

— Acredito que a medida trará bom resultado. O corte no salário é um alerta à população de que alguém não está cumprindo com o seu dever. Quem faltar, terá que prestar contas aos seus eleitores — adverte Arbage.

O deputado Sólton Borges dos Reis (PTB-SP) acha o mecanismo de punição "leve". Segundo ele, seria necessária uma advertência



Brito prefere mais rigor

mais rigorosa e não apenas o corte diário de Cz\$ 26 mil no salário de quem faltar a quatro sessões consecutivas ou a sete alternadas. Para o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) a medida foi correta do ponto de vista administrativa. E explica: "No serviço público, corta-se o ponto do funcionário faltoso e neste dia ele não recebe salário. Como os constituintes não batem ponto, a advertência somente pode se efetivar através do corte nos salários".

"Solução é o afastamento"

Multa pecuniária para os constituintes faltosos não vai resolver nada. A solução é convocar os suplentes por, pelo menos, trinta dias. A sugestão é do deputado Adroaldo Streck (PDT/RS), adotando ontem no plenário da Constituinte, as anunciadas medidas para evitar o esvaziamento dos trabalhos de plenário.

Na sessão de ontem, apenas a metade dos constituintes esteve presente, determinando o encerramento dos trabalhos sem que nada fosse votado.

Streck defende a idéia de que

uma punição, em dinheiro, para quem faltar quatro sessões seguidas ou sete alternadas, em nada ajudará.

"O que é preciso ser decidido é o afastamento temporário do parlamentar faltoso, para que ele seja identificado em suas bases eleitorais como um grande ausente, que não cumpre a missão para qual pediu votos".

O deputado do PDT tem proposta a esse respeito e disse que voltará a defendê-la diante da Constituinte.

Sem quorum, sessão vira pinga-fogo

A sessão de ontem da Constituinte foi transformada num grande pinga-fogo com vários parlamentares se revezando ao microfone, uma vez que os líderes partidários ainda estavam iniciando os entendimentos para a votação do título que trata da Ordem Econômica e Financeira, um dos temas mais polêmicos do projeto de Constituição. A previsão mais otimista é que a apreciação do assunto comece somente na próxima terça-feira.

Diante das dificuldades para um acordo sobre a Ordem Econômica e Financeira, as lideranças pediram ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que desconvoque as sessões previstas para hoje e amanhã. Foi marcada, no entanto, uma nova reunião para segunda-feira, às 14h30.

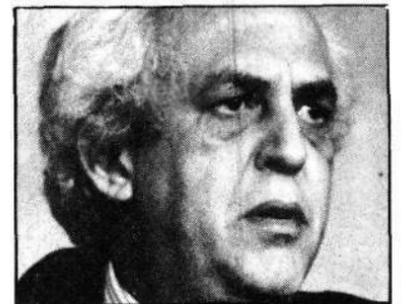
Na abertura da sessão de ontem, apenas seis constituintes estavam em plenário. Às 10h30, quando o senador Mauro Benedito (PMDB-CE), primeiro-vice-presidente da Casa, fez a verificação de quórum 257 parlamentares marcaram sua presença. Mesmo assim, o número era insuficiente para o início da votação, pelo Regimento são necessários pelo menos 280 constituintes, e o plenário voltou a ficar vazio permanecendo somente um pequeno grupo que acompanhou o restante dos discursos do dia.

Jarbas quer que sucessor seja do PMDB

Recife — O prefeito Jarbas Vasconcelos confirmou ontem que dentro de três semanas anunciará o candidato do PMDB à sua sucessão. Ele disse que o nome sairá dos quadros do próprio PMDB, o que significa a exclusão do deputado Fernando Lyra (sem partido), que também se diz candidato, mas enfrenta problemas com a lei do domicílio eleitoral.

Jarbas e o governador Miguel Arraes conversaram sobre a sucessão municipal no último fim de semana. Eles admitiam que o candidato pudesse ser Fernando Lyra, mas reviram essa posição momentos depois que o deputado abandonou o PMDB. Agora, ambos convergem para a candidatura do chefe da Casa Civil, deputado Marcus Cunha, que começou na política junto com Jarbas.

Arquivo/12-5-87



Jarbas anuncia seu candidato